

BOLETIM

CONJUNTURA INDUSTRIAL

JUNHO 2011



BOLETIM

CONJUNTURA INDUSTRIAL

— | Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Mauro Borges Lemos

Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretora

Clayton Campanhola

Diretor

Carla Naves Ferreira

Gerente

Rogério Dias de Araújo

Coordenador

Supervisão

Maria Luisa Campos Machado Leal

Equipe Técnica

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Carla Naves Ferreira – *Gerente de Acompanhamento da PDP*

Rogério Dias de Araújo – *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva – *Técnico*

Cid Cunha da Silva – *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

Mariano Francisco Laplane

Diretor

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT-IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha – *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso – *Coordenação de Informações*

Marcelo Loural – *Pesquisador*

Samantha Cunha – *Pesquisadora*

Marco Antonio Martins da Rocha – *Pesquisador*

APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004, com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco se encontra nos programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira, atual Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A Agência, juntamente com o Ministério da Fazenda, da Ciência e Tecnologia e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, responde pela Secretaria Executiva da PDP.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta o seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e no desenvolvimento de ações no âmbito da PDP. Entre eles, está o *Boletim de Conjuntura Industrial*, que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O *Boletim de Conjuntura*, com periodicidade trimestral, é realizado em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesta edição, o *Boletim* constata a desaceleração do crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre de 2011, com base na análise do comportamento de alguns componentes da demanda agregada interna, como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo. O documento também ressalta a perda de dinamismo da indústria brasileira, especialmente confirmada pela desaceleração do crescimento de sua produção física, para a qual contribuíram as medidas de restrição ao crédito e a elevação das importações, em contexto de manutenção de juros elevados e de valorização da moeda nacional. No que se refere ao emprego formal, houve criação líquida de vagas no primeiro trimestre de 2011, embora

em níveis mais modestos se comparados aos mesmos períodos de 2008 e 2010. Reafirma-se, nesse contexto, a acomodação do ritmo de crescimento econômico e industrial brasileiro.

No que se refere ao comércio externo brasileiro, o documento destacou a recuperação do superávit comercial no primeiro trimestre de 2011, acompanhando o incremento das exportações relacionado à sustentação da demanda externa por *commodities*, especialmente chinesa, e à decorrente elevação dos preços internacionais. Constata-se que a dificuldade de retomada da demanda em importantes mercados consumidores mundiais, bem como a manutenção da valorização do real, devem seguir desestimulando a expansão futura das exportações e estimulando as importações brasileiras. Mesmo considerando a desaceleração do crescimento da demanda interna e da produção industrial brasileira, as importações deverão manter-se em níveis relativamente elevados, devido à perspectiva de crescimento econômico em 2011, mesmo que em ritmo mais modesto. A principal preocupação reside na possibilidade de substituição da produção doméstica por importações, afetando negativamente as decisões de investimento em expansão de capacidade produtiva.

O *Boletim* também discute o tema da produtividade da indústria brasileira em perspectiva internacional comparada. Observa-se que o Brasil situou-se, no período analisado, abaixo da grande maioria dos países da OCDE e de outros BRICs em termos da evolução de sua produtividade. Contudo, o resultado se deu principalmente em função do grande aumento do emprego industrial, fato que não ocorreu na maior parte dos países analisados. Destaca-se a necessidade de dar continuidade ao processo de elevação dos investimentos como mecanismo para preservar a elevação dos empregos, mas promovendo também aumentos mais do que proporcionais no valor adicionado, de maneira a fazer crescer a produtividade de forma consistente nos próximos anos.

ECONOMIA E INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2011

O crescimento da economia brasileira manteve seu movimento de desaceleração no primeiro trimestre de 2011. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,2% no primeiro trimestre do ano corrente comparado ao mesmo período do ano passado, embora de forma menos intensa do que a observada em trimestres anteriores (Tabela 1). Constatou-se aumento do produto interno no primeiro trimestre de 2011 em relação ao quarto trimestre de 2010, excluindo as influências sazonais (1,3%). Mesmo mostrando um comportamento mais promissor do que o verificado nos dois últimos trimestres do ano passado

na comparação com períodos imediatamente anteriores, o crescimento do PIB no primeiro trimestre deste ano atingiu nível inferior ao observado nos trimestres de recuperação da economia brasileira pós-crise econômica mundial. Sob uma perspectiva de longo prazo, o crescimento do produto interno brasileiro também mostrou desaceleração. No acumulado dos últimos quatro trimestres, terminados em março de 2011, o PIB ainda apresentou significativo crescimento (6,2%), muito embora com sinais evidentes de desaceleração frente à expansão de 7,5% observada em 2010.

Tabela 1 - Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (IV/2010 e I/2011) (em %)

	Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior		Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior(*)		Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres	
	IV/2010	I/2011	IV/2010	I/2011	IV/2010	I/2011
Agropecuária	1,1	3,1	(0,7)	3,3	6,5	5,8
Indústria	4,3	3,5	0,2	2,2	10,1	7,4
Extrativa Mineral	14,8	4,0	-	-	15,7	12,9
Transformação	2,4	2,4	-	-	9,7	6,4
Construção Civil	6,2	5,2	-	-	11,6	9,2
Eletricidade, gás e água	5,1	4,9	-	-	7,8	6,9
Serviços	4,6	4,0	0,8	1,1	5,4	4,9
PIB a preço básico	4,2	3,8	0,6	1,4	6,7	5,6
PIB a preços de mercado	5,0	4,2	0,8	1,3	7,5	6,2
Despesa de consumo das famílias	7,5	5,9	2,3	0,6	7,0	6,4
Despesa de consumo da administração pública	1,2	2,1	(0,3)	0,8	3,3	3,2
Formação bruta de capital fixo	12,3	8,8	0,4	1,2	21,9	17,1
Exportação de bens e serviços	13,5	4,3	3,3	(3,2)	11,5	9,2
Importação de bens e serviços (-)	27,2	13,1	1,5	(1,6)	36,2	29,2

(*) Com ajuste sazonal.

Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 1º trimestre de 2011 são preliminares.

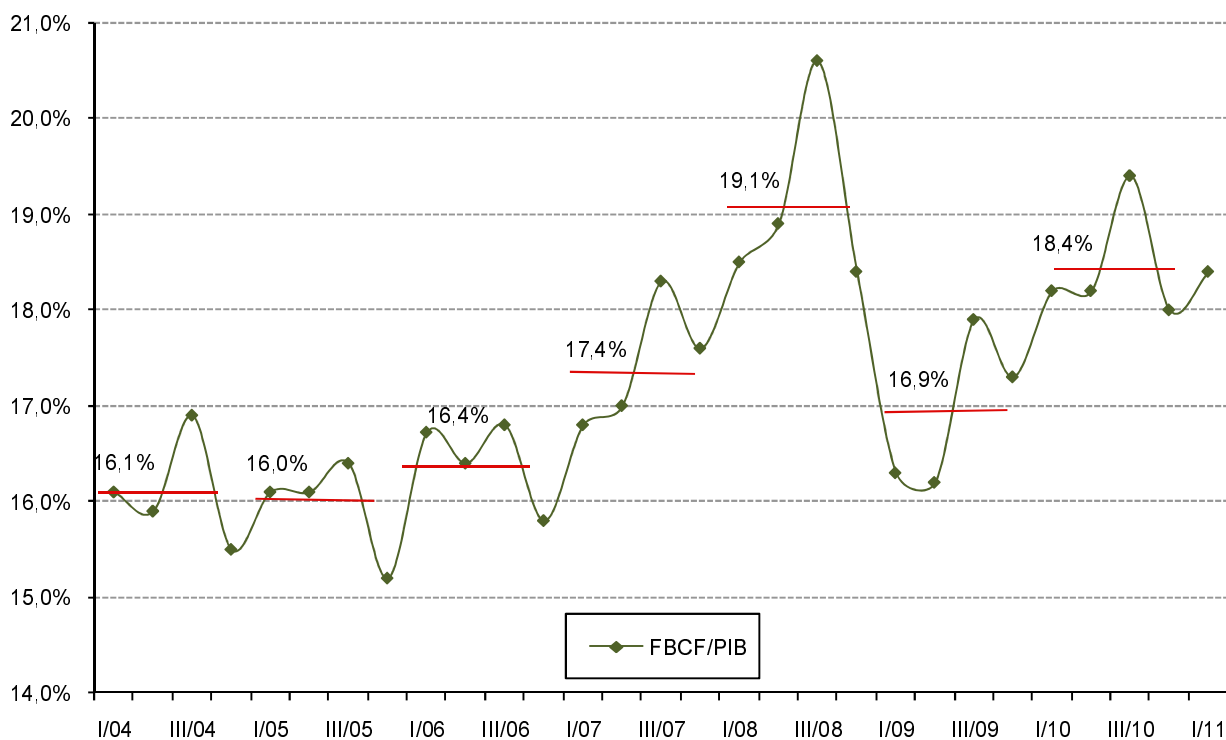
Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

A demanda interna continuou sustentando o crescimento do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2011 comparado ao mesmo período de 2010. Destacou-se o desempenho dos investimentos (8,8%), novamente superando o comportamento do consumo das famílias (5,9%) e do governo (2,1%) no período analisado (Tabela 1). Contudo, perderam ritmo de expansão tanto a formação bruta de capital fixo quanto o consumo das famílias – historicamente o maior responsável pela sustentação do produto interno brasileiro – ao passo que o consumo da administração pública logrou apresentar um desempenho mais vigoroso no primeiro trimestre do ano corrente. A sustentação da política de juros elevados, a corrosão do salário dos trabalhadores por conta da aceleração da inflação, bem como a adoção de medidas de contração do crédito anunciadas pelo governo para justamente estancar a alta de preços, podem ser considerados alguns dos elementos explicativos do desaquecimento dos principais componentes da demanda interna e, conseqüentemente, da economia brasileira no período analisado.

Considerando as taxas de variação com relação aos trimestres imediatamente anteriores,

com base em série livre de efeitos sazonais, confirma-se a desaceleração do crescimento do consumo das famílias (para 0,6%), enquanto a formação bruta de capital fixo intensificou seu crescimento marginal (para 1,2%) e o consumo do governo conseguiu recuperar seu desempenho positivo (para 0,8%), revertendo o movimento de contração presente nos trimestres anteriores. No primeiro trimestre de 2011, observou-se, portanto, uma inversão no comportamento dos componentes da demanda agregada, pois o consumo das famílias apresentou desaceleração e a formação bruta de capital mostrou recuperação, sustentando a expansão do produto no início do ano. No acumulado de 12 meses terminados em março de 2011, o desempenho dos investimentos continuou a se destacar (17,1%), seguido pelo comportamento do consumo das famílias (6,4%) e da administração pública (3,2%). Reafirma-se, portanto, a importância da demanda interna para o desempenho da economia brasileira, mesmo que a maioria dos componentes da demanda agregada tenha contribuído para a desaceleração de sua trajetória de crescimento no primeiro trimestre do ano corrente.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Investimento (I/2004 a I/2011) (em %)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

No período analisado, verificou-se aumento da taxa de investimento, que conseguiu atingir o patamar médio de 2010 (18,4%), muito embora ainda inferior ao registrado no ano de crescimento pré-crise (2008) e aquém da taxa de investimentos necessários para o crescimento sustentável da economia brasileira (Gráfico 1). O comportamento da taxa de investimentos ao longo do ano corrente depende da continuidade da liderança do crescimento econômico brasileiro pela formação bruta de capital fixo, o que poderia significar a reconstrução do padrão de crescimento que caracterizou o período anterior à eclosão da crise mundial. Contudo, a manutenção de uma política de juros elevados e de medidas de restrição ao crédito tende a afetar de forma mais contundente os investimentos a partir dos próximos meses. Espera-se, portanto, moderação no movimento de expansão da taxa de investimentos em 2011.

As exportações brasileiras, refletindo o comportamento da demanda externa, também deram sinais de desaceleração no primeiro trimestre do ano, considerando a limitada e lenta recuperação da economia mundial. As exportações brasileiras conseguiram apresentar desempenho positivo na comparação de dados do primeiro trimestre de 2011 com os do mesmo trimestre de 2010 (4,3%) (Tabela 1). As exportações inclusive sofreram retração no primeiro trimestre de 2011 em relação ao último trimestre de 2010, considerando o ajuste sazonal (-3,2%). No acumulado dos últimos 12 meses terminados em março de 2011, as exportações também confirmaram a tendência de desaceleração (para 9,2%). Por um lado, as perspectivas das vendas externas brasileiras mantêm-se relativamente positivas, considerando a tendência de sustentação de elevados preços internacionais das *commodities* agrícolas e minerais no longo prazo, apesar da possibilidade de flutuações importantes no curto prazo. Por outro lado, atenta-se para a lentidão e a incerteza da recuperação da economia mundial e a decorrente retomada da demanda externa, assim como para a continuidade de uma taxa de câmbio valorizada, fato que tem atuado como um desestímulo adicional às exportações brasileiras.

Por sua vez, as importações também apresentaram taxa de variação positiva no primeiro trimestre do ano, se comparado a igual período do ano passado (13,1%), e taxa negativa na comparação com o trimestre imediatamente anterior (-1,6%). Contudo, o crescimento das importações foi mais elevado do que o das exportações na comparação com o ano passado e a contração das importações foi mais tímida do que a das exportações tendo como referência o trimestre imediatamente anterior. Isto revela a manutenção das dificuldades enfrentadas pelo comércio externo brasileiro, destacadas no *Bole-*

tim da Conjuntura Industrial de março de 2011. Mantém-se a perspectiva de crescimento, embora mais moderado, das importações, considerando o movimento de desaceleração da economia brasileira. No entanto, as importações ainda constituem uma importante fonte de preocupação, tendo em vista a capacidade de sua trajetória ascendente afetar as decisões de investimento em produção doméstica.

No primeiro trimestre de 2011, comparado a igual período de 2010, a indústria brasileira cresceu 3,5%, com base no comportamento positivo tanto da indústria extrativa (4,0%) quanto da de transformação (2,4%), conseguindo superar o crescimento da atividade agropecuária (3,1%), apesar de se encontrar abaixo do nível de crescimento dos serviços (4,0%) no mesmo período (Tabela 1). Entretanto, cabe notar a persistência do movimento de desaceleração do crescimento industrial brasileiro, assim como da atividade de serviços desde o segundo trimestre de 2010, quando a base de comparação se encontra no ano anterior. A agropecuária pode ser considerada uma exceção porque conseguiu superar sua trajetória de desaceleração, contribuindo de forma relevante para o crescimento do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2011. No acumulado dos quatro últimos trimestres (findos em março de 2011), confirma-se a perda de dinamismo do crescimento de todas as atividades econômicas. Contudo, na comparação de dados do primeiro trimestre de 2011 com os do último trimestre de 2010, realizado o ajuste sazonal, observa-se maior crescimento marginal para todas as atividades econômicas, novamente com destaque para a agropecuária, que, inclusive, logrou reverter seu desempenho negativo verificado no último trimestre comparado ao terceiro trimestre de 2010.

Considerando os dados de produção física, observa-se que o crescimento acumulado nos últimos quatro trimestres terminados em março do ano corrente desacelerou para 9,6% na indústria extrativa, 6,7% na de transformação e 6,9% na indústria geral (Tabela 2). Comparando os dados do primeiro trimestre de 2011 com os do mesmo período de 2010, evidencia-se mais uma vez a desaceleração da expansão da produção física da indústria brasileira (2,6%), seguindo o desempenho da produção da indústria de transformação (2,5%), principalmente quando se observam as expressivas taxas de crescimento apresentadas nos primeiros trimestres de 2010 em relação aos mesmos períodos de 2009. Os setores extrativistas, estimulados pelo desempenho dos preços externos, conseguiram sustentar o crescimento de sua produção no primeiro trimestre do ano (3,3%), embora de forma menos acentuada do que nos trimestres anteriores.

Tabela 2 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (I/2010 a I/2011) (em %)

Atividades	I 2010	II 2010	III 2010	IV 2010	I 2011
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres					
Indústria Geral	(0,3)	6,5	11,2	10,5	6,9
Indústria Extrativa	(1,1)	5,4	11,6	13,4	9,6
Indústria de Transformação	(0,2)	6,5	11,2	10,3	6,7
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior					
Indústria Geral	18,2	14,3	8,0	3,3	2,6
Indústria Extrativa	18,9	14,0	11,4	10,2	3,3
Indústria de Transformação	18,2	14,3	7,8	2,9	2,5
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)					
Indústria Geral	3,1	1,1	(0,7)	0,0	1,9
Indústria Extrativa	4,3	2,1	2,2	0,5	(1,5)
Indústria de Transformação	3,2	1,1	(0,8)	0,0	1,9

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

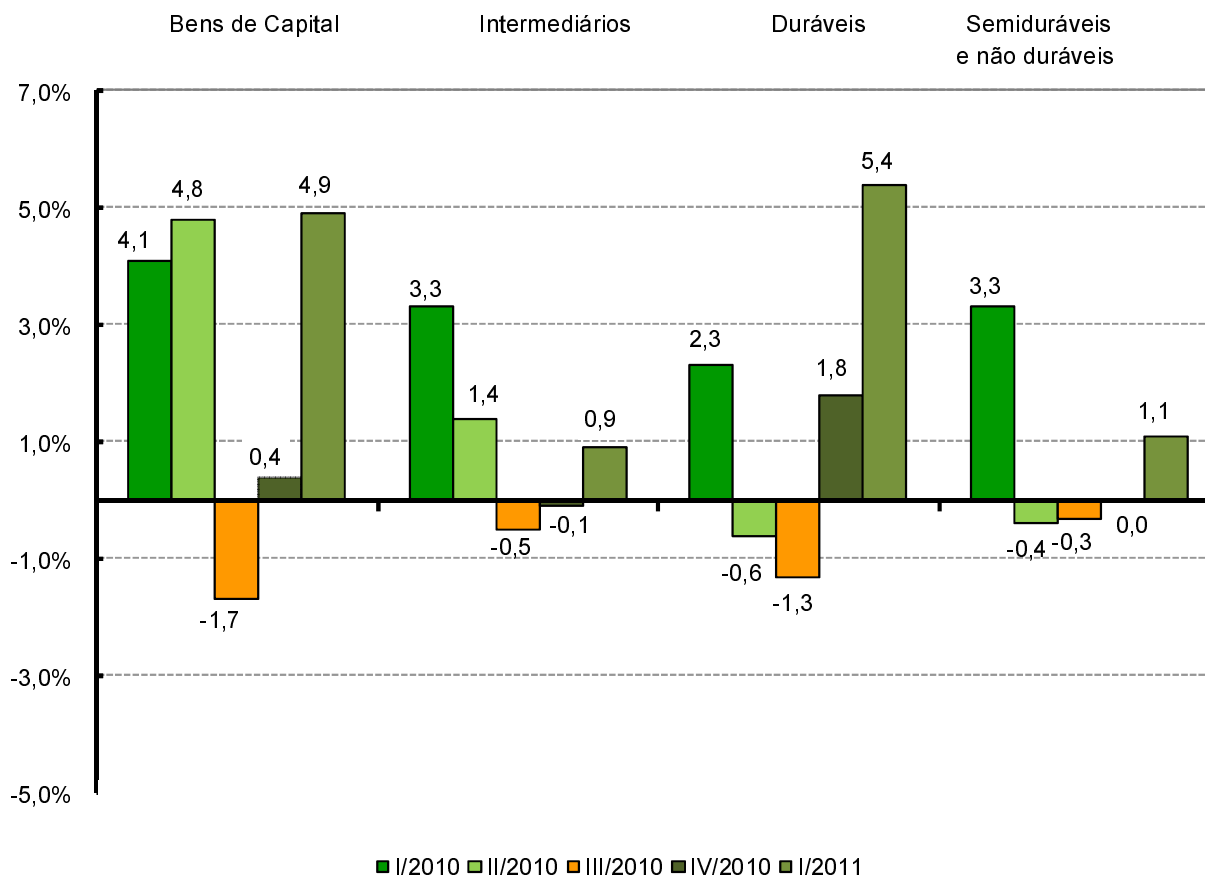
Considerando os trimestres imediatamente anteriores, com ajuste sazonal, nota-se uma mudança no comportamento marginal da produção física da indústria de transformação e da indústria geral, que voltou a apresentar crescimento, mesmo que de forma tímida, no primeiro trimestre de 2011. A indústria de transformação acabou se destacando, com um crescimento de produção física de 1,9% no primeiro trimestre do ano comparado ao último trimestre de 2010, levando-se em conta o ajuste sazonal (Tabela 2). Por sua vez, a indústria extrativa enfrentou queda de produção no mesmo período. O resultado para a produção física da indústria brasileira acabou sendo positivo no primeiro trimestre do ano (1,9%).

No entanto, a observação dos últimos dados disponíveis de variação mensal da produção industrial brasileira permite prever que o crescimento do segundo trimestre de 2011 em relação ao imediatamente anterior deve voltar a se reduzir, confirmando a tendência recente de desaceleração. Os dados de produção industrial dos meses de março e de abril do ano corrente enviaram sinais preocupantes, porque mostraram contração em relação aos mesmos meses do ano passado, assim como um modesto crescimento em março, frente a fevereiro de 2011 (1,1%), e uma redução em abril frente a março de 2011 (-2,1%), descontadas as influências sazonais. Desta forma, os mais recentes dados mensais mostraram, no melhor dos casos, a

acomodação da expansão marginal da produção industrial em patamares bastante modestos. Para a desaceleração do crescimento da produção industrial brasileira no período analisado, provavelmente contribuíram as medidas macroprudenciais de restrição ao crédito e a elevação das importações, em contexto de manutenção de juros elevados e de valorização da moeda nacional.

A análise do desempenho da produção industrial por categorias de uso revela uma importante elevação das taxas de variação apresentadas no primeiro trimestre de 2011 em relação ao último trimestre de 2010, considerando-se o ajuste sazonal (Gráfico 2). A produção física de bens de consumo duráveis e de bens de capital voltou a apresentar crescimento, em níveis superiores aos verificados nos primeiros trimestres do ano passado. A produção de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis logrou reverter sua trajetória descendente apresentada em trimestres anteriores, principalmente na segunda metade do ano passado, seguindo com relativo atraso o desempenho das demais categorias de uso, que já haviam mostrado sinais de recuperação marginal no quarto trimestre de 2010.

Gráfico 2 - Evolução da Produção Industrial por Categorias de Uso
(taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior – I/2010 a I/2011) (em %)



Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

A produção de bens de consumo duráveis novamente conseguiu se destacar no primeiro trimestre de 2011, se comparado ao último trimestre de 2010, com ajuste sazonal (5,4%). Por um lado, reforçando a reversão de seu desempenho negativo anterior que havia sido conquistada no quarto trimestre do ano passado, e, por outro lado, ultrapassando o comportamento positivo das demais categorias de uso no mesmo período (Gráfico 2). Contudo, o segmento mostrou desempenho negativo em abril em relação ao mesmo mês do ano anterior (-5,6%). Também se observou um expressivo encolhimento da produção de duráveis em abril com relação a março de 2011 (-10,1%), realizado o ajuste sazonal, o que eliminou o avanço registrado no mês anterior (4,5%). Queda maior na produção de duráveis somente havia sido observada nos

dois últimos meses de 2008, no contexto de crise. Portanto, os dados do último mês disponível (abril) enviaram sinais preocupantes quanto à evolução futura da produção brasileira de bens de consumo duráveis.

Dificuldades colocam-se para a sustentação de uma trajetória de crescimento dos bens duráveis, inaugurada no último trimestre do ano passado, que certamente dependerá da manutenção de um desempenho positivo do emprego e da renda e, portanto, da demanda interna nos próximos meses. Deve-se atentar para as medidas recentes de restrição ao crédito, que poderão contribuir para desacelerar o movimento de recuperação dos bens duráveis em futuro próximo. Mantém-se, todavia, a perspectiva de crescimento, embora bem mais modesto, da produção de bens duráveis para o restante do ano de 2011.

A produção de bens de capital logrou apresentar uma taxa de crescimento mais vigorosa no primeiro trimestre de 2011 em relação ao quarto trimestre de 2010, considerando o ajuste sazonal (4,9%), inclusive por pouco superando o desempenho positivo observado nos dois primeiros trimestres de 2010 (Gráfico 2). Isto pode significar uma retomada da produção física de bens de capital depois de sua contração localizada no terceiro trimestre de 2010, que havia acompanhado a perda de dinamismo da indústria brasileira. O desempenho dos investimentos contribuiu para o movimento positivo da produção de bens de capital no período analisado.

Os bens de capital foram os únicos a apresentar crescimento de produção, mesmo que muito tímido, no mês de abril deste ano, comparado a abril do ano passado (0,1%). Em relação aos meses imediatamente anteriores, feito o ajuste sazonal, a produção de bens de capital apresentou aceleração de seu crescimento a partir de janeiro de 2011, atingindo o aumento de 4,0% em março, comparado a fevereiro de 2011. Contudo, a produção de bens de capital voltou a se contrair no mês de abril em relação a março de 2011 (-2,9%), considerando o ajuste sazonal, apresentando redução acima da média da indústria (-2,1%). Um comportamento mais virtuoso da produção de bens de capital certamente dependerá da sustentação dos investimentos, bem como da trajetória de suas importações, que, certamente, disputam o dinamismo do mercado interno com a produção doméstica em contexto de manutenção do câmbio valorizado.

O comportamento da produção brasileira de bens intermediários tem se mantido associado ao mercado externo, mas também se beneficiado do dinamismo da demanda interna. Houve reversão do movimento descendente da produção de bens intermediários no primeiro trimestre do ano corrente em relação ao último trimestre do ano passado (0,9%), aplicado o ajuste sazonal (Gráfico 2). Os bens intermediários foram provavelmente estimulados tanto pela recuperação da demanda externa por insumos básicos e produtos primários, com importante contribuição da demanda chinesa, quanto pela sustentação dos setores demandantes internos, que têm funcionado como um incentivo adicional à pro-

dução intermediária brasileira. Isto significou uma recuperação do desempenho negativo da produção de bens intermediários apresentado no terceiro (-0,5%) e no quarto (-0,1%) trimestres de 2010 comparados aos trimestres imediatamente anteriores. No entanto, também houve redução da produção de bens intermediários em abril de 2011 em relação a abril de 2010 (-0,8%), embora abaixo da contração observada na produção industrial no mesmo período (-1,3%). O desempenho marginal da produção intermediária foi negativo tanto em março, comparado a fevereiro de 2011 (-0,1%), quanto em abril, comparado a março de 2011 (-0,6%), com ajuste sazonal, seguindo, embora de forma menos intensa, o comportamento negativo da produção industrial no último mês analisado.

A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis conseguiu finalmente superar seu desempenho anteriormente negativo ou estagnado no primeiro trimestre de 2011 frente ao último trimestre de 2010, excluindo a sazonalidade (Gráfico 2). A contração da produção de semiduráveis e não duráveis, a partir do segundo trimestre do ano passado, na comparação com os trimestres anteriores, havia acompanhado a perda de dinamismo da produção de outros setores industriais brasileiros no mesmo período. O recente desempenho positivo desta categoria de uso deixou transparecer o crescimento, mesmo que ainda modesto, dos demais setores industriais brasileiros. Os dados mensais de produção mostraram aceleração de seu crescimento nos dois primeiros meses de 2011 comparados a iguais períodos de 2010, com contrações localizadas em março (-2,2%) e em abril (-2,0%) do ano corrente na relação com os mesmos meses do ano passado (PIM-PF/IBGE). Comparando-se com os meses imediatamente anteriores, sem influências sazonais, nota-se que a queda da produção em abril (-1,5%) suprimiu parte do crescimento verificado em março de 2011 (2,0%). A perspectiva de crescimento dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis continuará dependente do comportamento futuro do emprego e da renda e do desempenho dos demais setores industriais brasileiros.

Os dados de produção física por atividade industrial mostraram crescimento para diversos setores industriais no primeiro trimestre de 2011

ante o mesmo trimestre de 2010. Apresentaram expansão da produção física no período citado 18 setores industriais analisados pela PIM-PF/IBGE: metade vivenciou intensificação do crescimento, ou mesmo reversão de prévio comportamento negativo, enquanto a outra metade sofreu desaceleração de suas taxas de expansão da produção. No primeiro trimestre de 2011, comparado a igual período 2010, ressalta-se o crescimento expressivo dos seguintes setores industriais: de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos (23,2%); outros equipamentos de transporte (13,3%) e veículos automotores (10,0%). Na composição da taxa de crescimento da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2011 (2,3%), destacaram-se: os veículos automotores (1,1%); as máquinas e equipamentos; o refino de petróleo e álcool e outros equipamentos de transporte (com 0,3% de participação no crescimento trimestral cada um). Assim sendo, alguns setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis conseguiram manter sua liderança no crescimento industrial observada no ano passado (*Boletim de Conjuntura Industrial* de março de 2011).

Comparando-se o primeiro trimestre de 2011 com o último trimestre de 2010, eliminando as influências sazonais, constatou-se crescimento em 16 setores industriais da pesquisa do IBGE. Houve intensificação do crescimento marginal ou reversão de comportamento negativo para 12 das 16 atividades industriais que vivenciaram expansão da produção física no primeiro trimestre do ano corrente comparado ao último do ano passado. Alguns setores industriais se destacaram com significativo crescimento marginal no período citado: material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (19,9%); produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (9,1%); farmacêutica (8,1%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (7,5%).

Observando os dados de produção por atividade industrial para o primeiro trimestre do ano corrente, conclui-se pelo predomínio do crescimento, embora com tendência de desaceleração para alguns setores industriais. O aumento dos investimentos e da demanda interna, mesmo que a taxas mais moderadas, permite manter perspectivas positivas, embora mais cautelosas, para a indústria brasileira em 2011. Políticas de

restrição ao crédito (elevação dos juros e redução dos prazos) e de valorização cambial em contexto de intensificação da concorrência internacional, assim como a concretização de cortes orçamentários com impacto adverso sobre o investimento público, devem contribuir para um ritmo mais moderado de crescimento da indústria brasileira na comparação com o período que antecedeu a crise mundial e com os meses iniciais de 2010.

No tocante ao emprego industrial, destaca-se o aumento no número de postos de trabalho no primeiro trimestre de 2011, após um resultado bastante negativo nos últimos três meses de 2010. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), houve criação líquida de quase 128 mil postos de trabalho entre janeiro e março de 2011 (Tabela 3). Os setores industriais que apresentaram maior número de contratações líquidas (subtraídos os desligamentos) foram preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (criação de mais de 18 mil vagas), fabricação de produtos de fumo (12 mil vagas), fabricação de veículos automotores, carrocerias e reboques (11 mil vagas), e fabricação de máquinas e equipamentos (10 mil vagas) (CAGED/MTE).

Entretanto, observando dados trimestrais referentes aos últimos anos, constata-se que a geração de emprego industrial no primeiro trimestre de 2011 foi relativamente inferior a seu crescimento verificado em iguais períodos de 2008 e 2010, conseguindo destaque somente na comparação com a contração do emprego industrial no primeiro trimestre de 2009, em meio ao cenário adverso da crise econômica mundial (Tabela 3). Percebe-se, portanto, uma desaceleração da geração líquida de empregos na indústria brasileira em relação aos três primeiros meses de 2010, quando houve crescimento de 2,8% do número de postos de trabalho frente ao estoque de emprego industrial observado em 2009, e levando-se em consideração o aumento mais tímido de 1,7% no primeiro trimestre de 2011 ante o estoque de 2010.

Tabela 3 - Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2008 a I/2011)

Ano	Criação de Vagas				Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
2008	153.090	167.668	193.793	-348.295	69.627	63.471	67.494	-372.616
2009	-146.761	2.578	203.323	-52.009	-308.501	-153.828	37.893	-105.773
2010	199.187	186.139	203.873	-111.408	104.290	76.794	92.038	-147.372
2011	127.798	-	-	-	46.400	-	-	-

*Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

No que se refere à massa salarial líquida (massa salarial dos admitidos menos a dos desligados) dos trabalhadores da indústria, observou-se um saldo positivo de mais de R\$ 46 milhões nos três primeiros meses do ano, após a perda de massa líquida da ordem de R\$ 147 milhões no último trimestre de 2010. Assim como observado para a criação de vagas, o crescimento da massa salarial situou-se abaixo do apresentado em igual período dos anos de 2008 e 2010 (2009 é a exceção por se tratar de ano de crise econômica). Chama atenção o fato de que a desaceleração do crescimento da massa salarial foi bem mais intensa que a apresentada pela criação líquida de vagas. O aumento de massa salarial líquida no primeiro trimestre de 2011 representou apenas 44% do crescimento em igual período de 2010, enquanto essa proporção foi de 64% na criação de vagas na indústria brasileira. Isto é um indício da contratação de trabalhadores com salários relativamente baixos.

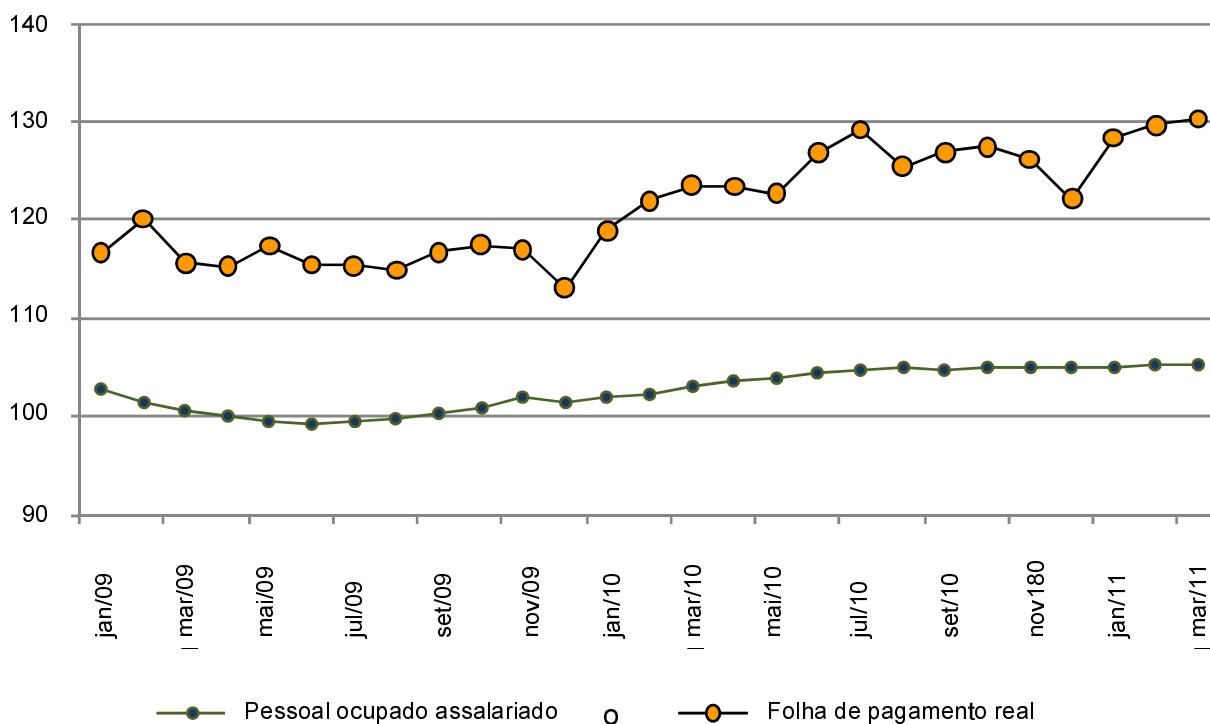
Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE)¹ indicam uma variação positiva de 2,6% no número de pessoas ocupadas na indústria brasileira no primeiro trimestre de 2011 em relação a igual período do

ano anterior. Na série livre de influências sazonais, o volume de pessoal ocupado na indústria apresentou um aumento de 0,25% em relação ao último trimestre de 2010. Observa-se que o número de pessoas ocupadas na indústria apresentou elevação em 2010 (em relação a 2009), em série com ajuste sazonal, e segue relativamente estável, com pouca elevação, nos três primeiros meses de 2011 (Gráfico 3). Em abril, a variação marginal ficou praticamente estável (-0,1%), mas aponta para um cenário futuro de menor elevação do emprego em relação aos períodos anteriores. Com relação aos salários, os dados da PIMES apontam para a elevação da folha de pagamento real no primeiro trimestre de 2011, na série com ajuste sazonal, após uma queda no último mês de 2010. Observa-se também que a folha de pagamento real apresentou uma elevação de patamar em 2010 em relação a 2009. A evolução no mês de abril, na série com ajuste sazonal em relação a março, porém, mostra uma queda de 0,8%, indicando também a possibilidade de uma trajetória não tão positiva nos próximos trimestres.

Em consequência, tanto os dados do CAGED/MTE como da PIMES/IBGE indicaram crescimento do emprego industrial no primeiro trimestre de 2011, embora a geração líquida de vagas tenha sofrido desaceleração se comparada com o mesmo período do ano anterior, segundo os dados do CAGED. Merece atenção a redução do ritmo de crescimento da massa salarial em intensidade significativamente maior que a observada na geração de postos de trabalho.

1 A PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com 5 funcionários ou mais, ao passo que o CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, assim, cobertura censitária. Portanto, podem ser encontradas tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

Gráfico 3 - Evolução da Folha de Pagamento Real e do Pessoal Ocupado na Indústria Brasileira (jan/2009 a mar/2011) (em números-índice)



Nota: Janeiro/2001 = 100.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)/IBGE.

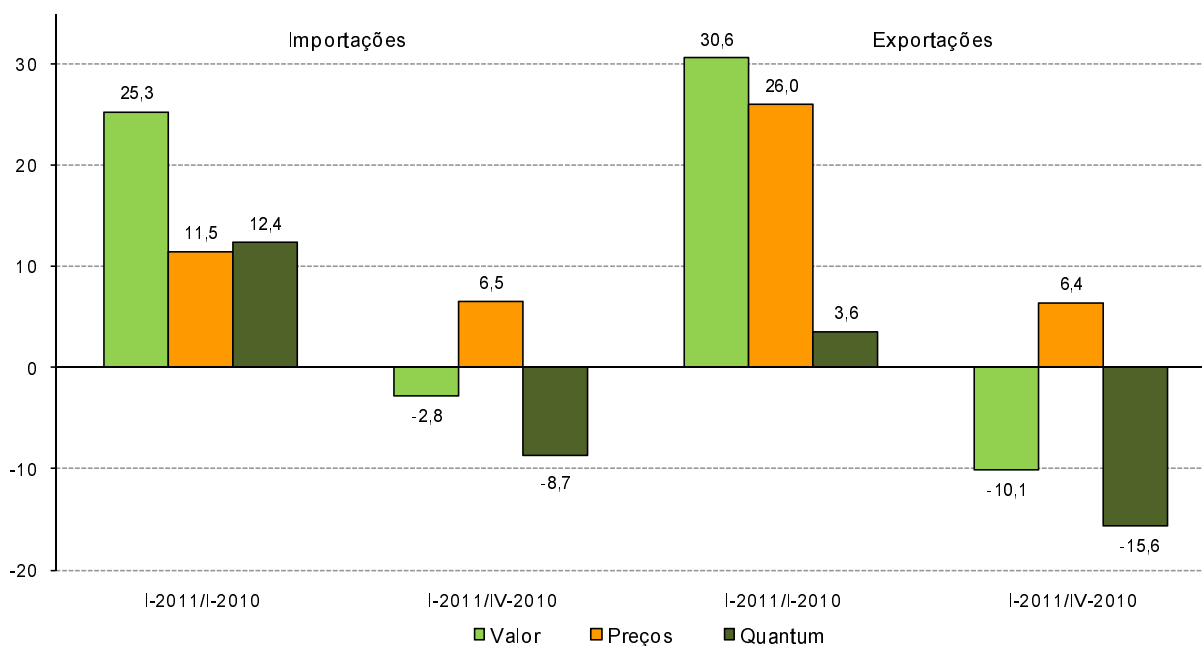
As informações anteriormente analisadas indicam que a economia brasileira se encontra em movimento de desaceleração, liderado pelo comportamento da demanda interna com base na perda de dinamismo do consumo das famílias e dos investimentos, apesar da recuperação do consumo público. A indústria brasileira tem enfrentado a desaceleração do crescimento de sua produção, apesar do aumento marginal, observado no primeiro trimestre do ano, acompanhado da criação de emprego formal. Algumas dificuldades continuam a ser enfrentadas pelo comércio externo brasileiro, que, contudo, tem mostrado uma recente recuperação de seu saldo positivo.

No primeiro trimestre de 2011, o saldo comercial brasileiro foi de US\$ 3,2 bilhões (FUNCEX). Houve expressivo crescimento do superávit comercial nos primeiros três meses do ano corrente na comparação com o mesmo período do ano passado, como resultado do movimento ascendente das exportações (30,6%) que conseguiu superar o desempenho positivo das importações (25,3%) no mesmo período (Gráfico 4). O incremento dos valores exportados no período analisado foi fortemente influenciado

pela elevação dos preços (26,0%), com participação reduzida das quantidades exportadas (3,6%).

Para a expansão das importações no primeiro trimestre de 2011, comparado a igual período de 2010, contribuiu o aumento tanto das quantidades importadas (12,4%) quanto dos preços dos produtos importados (11,5%). A elevação das importações se generalizou por todas as categorias de uso no período citado, com destaque para os bens de consumo duráveis (45,2%) e os bens de capital (33,1%), com grande contribuição das quantidades importadas (respectivamente, 36,1% e 27,0%). A sustentação da demanda interna e a valorização cambial têm certamente favorecido a trajetória ascendente das importações brasileiras, principalmente de bens de consumo (duráveis e não duráveis) e de bens de capital. Cumpre lembrar que o aumento das importações pode estar ocasionando uma substituição da produção doméstica, considerando a desaceleração da produção física interna e a reduzida elevação do quantum exportado de algumas categorias de uso.

Gráfico 4 - Taxa de Variação das Exportações e Importações: valor, preço e quantum (em %)



Fonte: FUNCEX.

Cotejando os dados do primeiro trimestre de 2011 com os do último trimestre de 2010, nota-se uma contração do superávit comercial (-57,8%), especialmente decorrente da redução das exportações (-10,1%) associada ao desempenho negativo das quantidades exportadas (-15,6%). Esta redução marginal das exportações contrariou seu movimento ascendente observado ao longo de 2010. Todas as categorias de uso sofreram redução de exportações no período analisado, com destaque para os bens de capital (-28,7%) e os bens de consumo duráveis (-24,0%). Contudo, deve-se destacar a contração das exportações de bens intermediários (-8,5%), devido a seu elevado peso na pauta de exportação brasileira, que decorreu da redução das quantidades exportadas, considerando a manutenção do aumento de preços dos bens intermediários exportados no mesmo período. Mesmo assim, as exportações trimestrais brasileiras conseguiram se sustentar em patamar ainda elevado, similar ao observado em alguns trimestres anteriores à eclosão da crise mundial (2008).

Por sua vez, as importações também sofreram contração (-2,8%) no primeiro trimestre do ano corrente em relação ao quarto trimestre do ano passado, embora de forma mais tímida do que as exportações, em virtude da queda das quantidades importadas (-8,7%) em contexto de

desaceleração da demanda interna. Este encolhimento marginal das importações repetiu o comportamento que havia sido destacado no quarto trimestre comparado ao terceiro trimestre de 2010, rompendo com a trajetória de ascensão trimestral das importações observada desde o terceiro trimestre de 2009. A maioria das categorias de uso sofreu redução das importações no período em questão, com a exceção do modesto crescimento das importações de combustíveis (0,2%), puxadas pelo expressivo incremento dos preços de importação (19,5%). Destacaram-se as contrações das importações de bens de consumo duráveis (-8,6%) e de bens de capital (-8,0%), ambas alavancadas pelas reduções das quantidades importadas (respectivamente, -7,6% e -9,4%), com reduzida participação da queda dos preços somente no caso específico dos bens de consumo duráveis (-1,7%). Apesar da redução observada, deve-se notar que os valores das importações trimestrais brasileiras ainda se encontram próximos dos níveis muito elevados alcançados nos trimestres de crescimento pré-crise (2008).

Apesar da desaceleração do crescimento da demanda interna e da produção industrial brasileira contribuir para o desestímulo à entrada de produtos importados, as compras externas deverão ficar em níveis relativamente elevados, devido à perspectiva de crescimento econômico,

mesmo que mais modesto, no ano corrente. Além disso, o câmbio valorizado seguirá estimulando as importações. A principal preocupação reside na possibilidade de substituição da produção doméstica por importações, afetando, de forma adversa, as decisões de investimento em expansão de capacidade produtiva.

O conjunto de informações analisadas confirma que a economia brasileira tem se baseado no comportamento da demanda interna, com participação especial do consumo das famílias e dos investimentos. A formação bruta de capital fixo tem exercido um papel fundamental para a recuperação da indústria e da economia brasileira no período pós-crise. Mesmo o movimento de desaceleração recente dos principais componentes da demanda agregada não conseguiu reduzir a importância dos investimentos para a economia e a indústria brasileira. A intensificação dos investimentos mantém-se como um ponto central de estímulo à produção e ao emprego industrial. Ao mesmo tempo, os resultados observados no mês de abril em termos de produção

industrial e emprego apontam para um cenário de crescimento mais moderado para os próximos períodos.

O cenário externo, por sua vez apresenta sinais de deterioração, tanto pelos resultados ainda precários das políticas de recuperação implementadas nos países centrais, em especial no que se refere à recuperação dos níveis de emprego, quanto pela maior preocupação com a inflação nos países emergentes, notadamente a China, que tem anunciado políticas para reduzir o ritmo da atividade econômica para não elevar as pressões inflacionárias.

Embora até o momento os dados mostrem que esse cenário deve resultar em certa acomodação no ritmo de crescimento da produção industrial, é importante acompanhar, de maneira atenta, os indicadores nos próximos períodos, para perceber o quanto as expectativas podem se deteriorar e resultar em interrupção da trajetória virtuosa de recuperação dos investimentos observada no período pós-crise.

A PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL COMPARADA

O *Boletim de Conjuntura Industrial* de Março/2011 destacou a evolução recente da produtividade do trabalho no Brasil. As informações analisadas mostraram, por um lado, aumento do indicador de produtividade física, calculado pela relação entre produção física e horas pagas da PIM-PF, e, por outro lado, estagnação do indicador de produtividade da indústria de transformação construído a partir das Contas Nacionais (valor adicionado em relação ao número de empregados). Esse resultado foi explicado tanto pela forte expansão do emprego no período, quanto pela dificuldade da indústria de transformação capturar os ganhos de eficiência e transformá-los em valor adicionado, dada a ocorrência de transferência de ganhos de produtividade para outros setores econômicos.

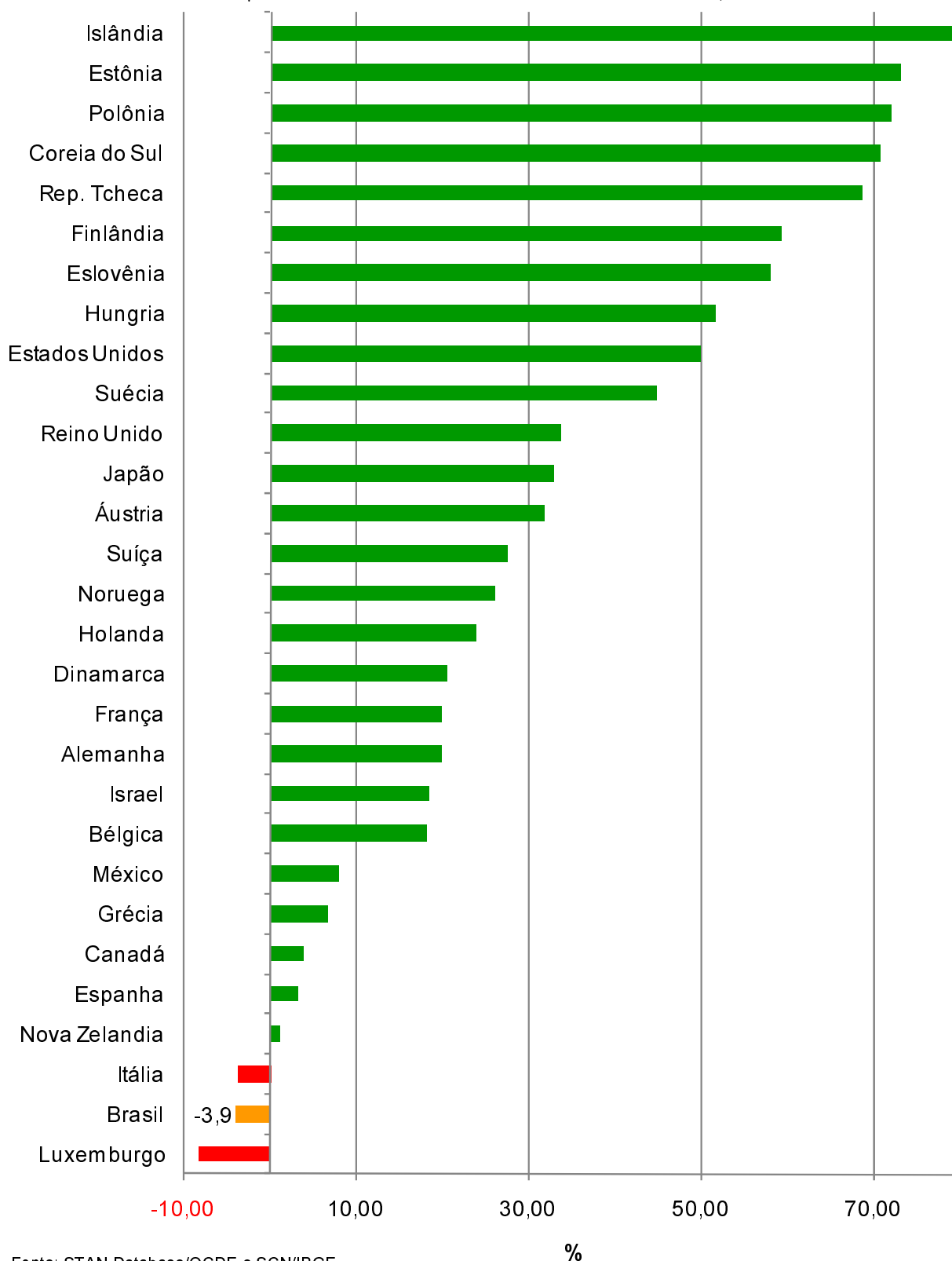
Nesta edição, o tema da produtividade da indústria brasileira continua em pauta, porém em uma perspectiva de comparação internacional. A principal fonte de informação internacional foi a base *Structural Analysis Database* (STAN), compilada e harmonizada pela OCDE, a partir das Contas Nacionais dos países que pertencem ao grupo. Dessa forma, o indicador de produtividade do trabalho expressa a relação entre a variação em volume do valor adicionado na indústria manufatureira e a variação do número de pessoas ocupadas. Vale ressaltar que, assim como no Brasil, os dados mais recentes são de 2008. Como os países da OCDE, em geral, apresentam maior grau de desenvolvimento, com grande predominância de países europeus, bus-

cou-se, a partir de fontes distintas, recolher informações também sobre outros países em desenvolvimento como China e Índia, com dados disponíveis até 2007.

É importante também ressaltar que não foram encontrados dados internacionais similares aos da PIM-PF do IBGE em um número suficiente de países para proceder a uma comparação também no indicador produção física/horas pagas. Para o período mais recente, foram obtidas informações apenas para a produtividade do trabalho do total da economia, e não apenas para a indústria.

Considerando, em primeiro lugar, as informações sobre a evolução da produtividade a partir das informações da base de dados STAN da OCDE, é possível observar que, no período 2000-2008, entre os 29 países analisados, apenas Luxemburgo teve desempenho pior do que o do Brasil (Gráfico 1). Entre os países líderes em termos de elevação da produtividade, verifica-se a predominância dos países do Leste Europeu, que se beneficiaram da integração à União Europeia e receberam etapas da atividade manufatureira mais intensiva em mão de obra, anteriormente realizadas nos países mais desenvolvidos da região. Também países como Coreia do Sul, Estados Unidos, Suécia, Reino Unido e Japão mostraram crescimento da produtividade bastante relevante no período.

Gráfico 1 - Variação da Produtividade na Indústria de Transformação: Brasil e Países da OCDE (entre 2000 e 2008) (em %)

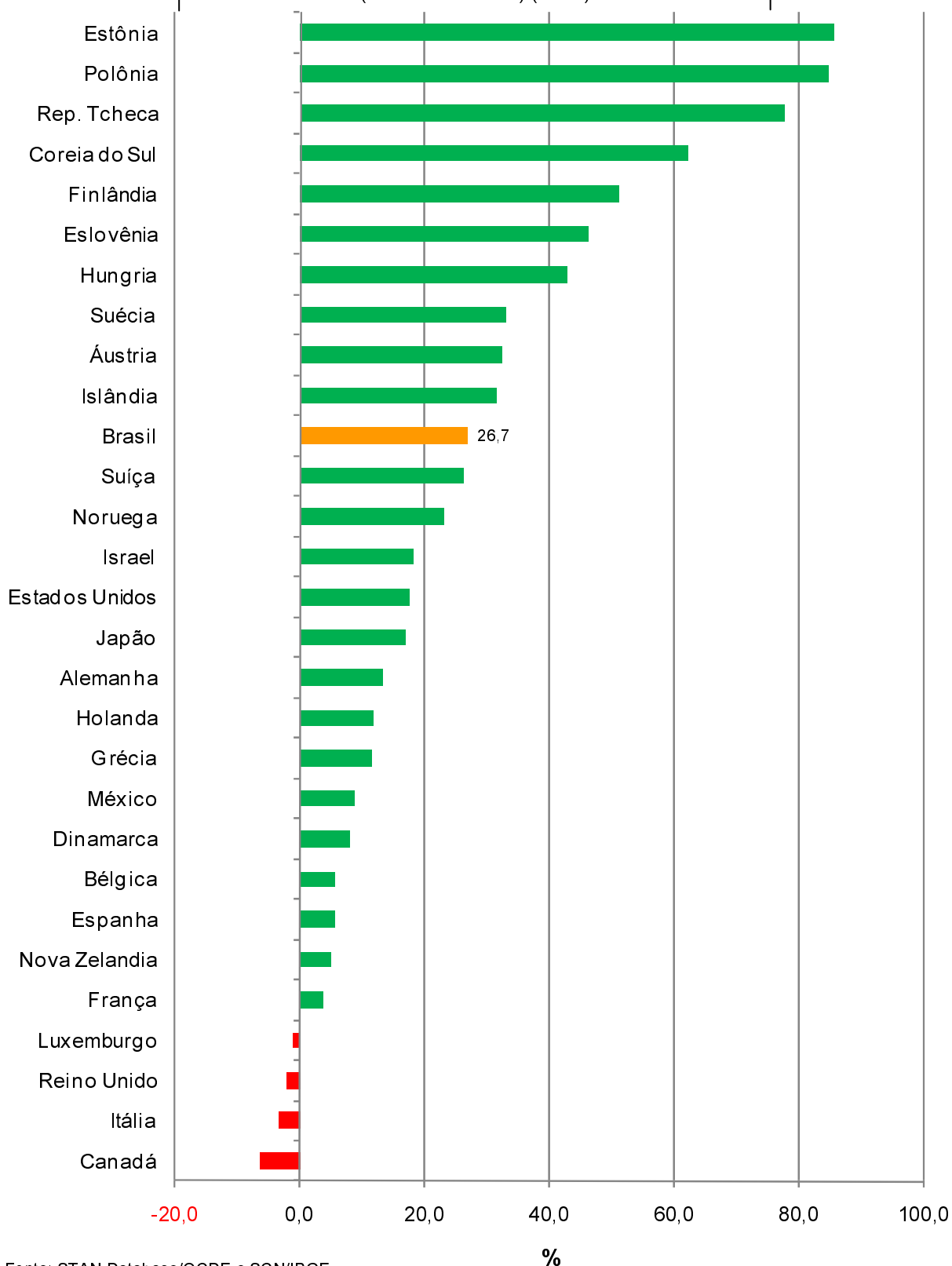


Fonte: STAN Database/OCDE e SCN/IBGE.

Observando separadamente a evolução do valor adicionado e do pessoal ocupado, fica evidente que o que diferencia a dinâmica do Brasil em relação aos demais países é a evolução do emprego. Em termos de valor adiciona-

do, a variação observada na economia brasileira ficou em um patamar intermediário (crescimento de 26,7%), distante dos líderes, como Estônia, República Tcheca e Polônia, porém acima dos Estados Unidos, Japão, Alemanha e México (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Variação do Valor Adicionado na Indústria de Transformação: Brasil e Países da OCDE (entre 2000 e 2008) (em %)

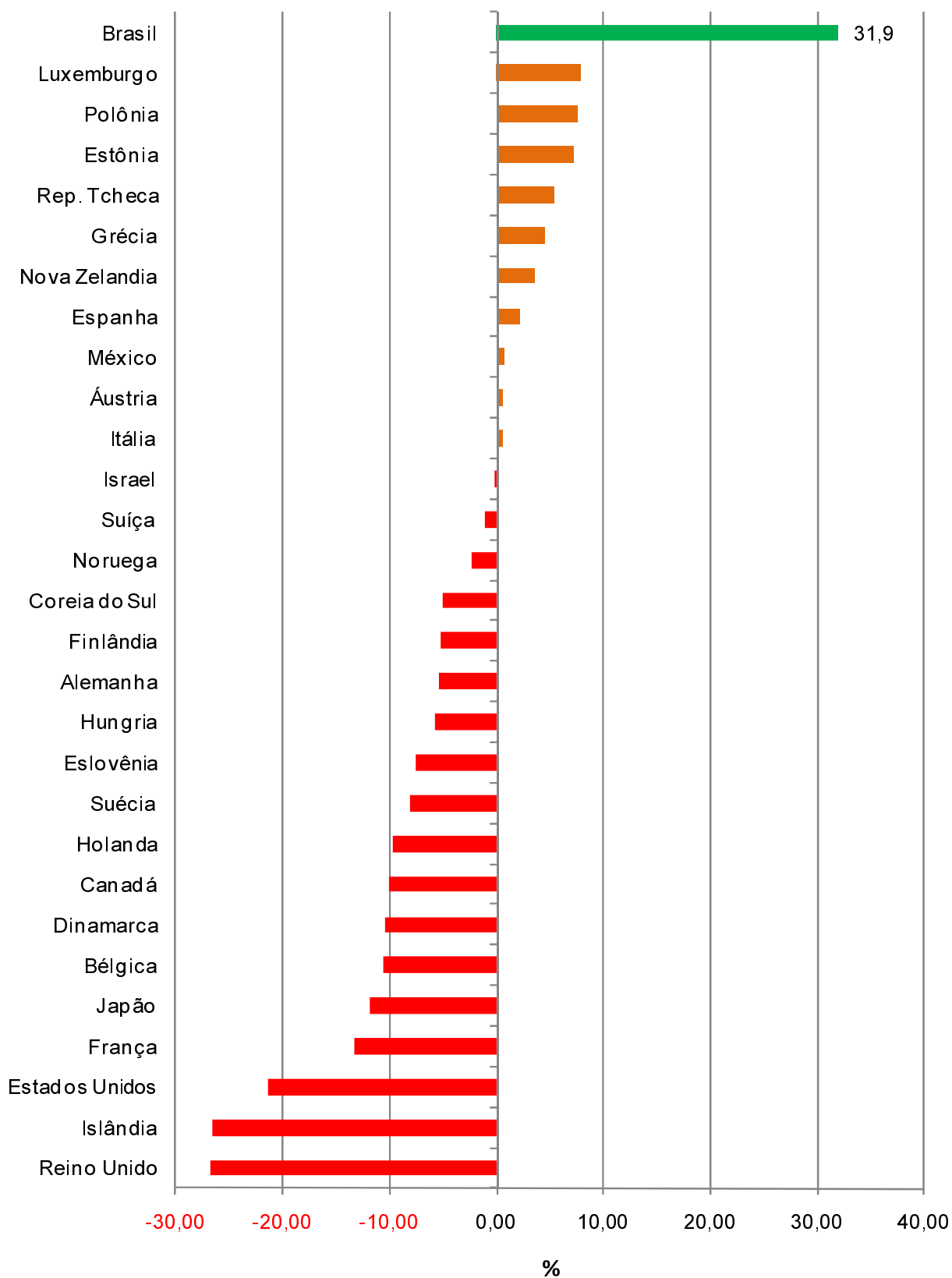


Fonte: STAN Database/OCDE e SCN/IBGE.

O crescimento do emprego industrial no Brasil no período foi de 31,9%, muito superior aos demais países. Aliás, vale destacar que, além do Brasil, apenas mais 10 países apresentaram crescimento do emprego. Novamente aparecem como destaques países como Polô-

nia, Estônia e República Tcheca, além de Luxemburgo. Mesmo esses países apresentaram um aumento do emprego em torno de 7%. Destaca-se também a perda de emprego industrial de países como Japão, França, Reino Unido e Estados Unidos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Variação do Número de Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação: Brasil e Países da OCDE (entre 2000 e 2008) (em %)



Fonte: STAN Database/OCDE e SCN/IBGE.

É certo que esses países deslocaram atividades industriais mais intensivas em mão de obra

para países em desenvolvimento, em especial para a Ásia, e que aprofundaram sua especialização nas atividades de serviços. Esse movi-

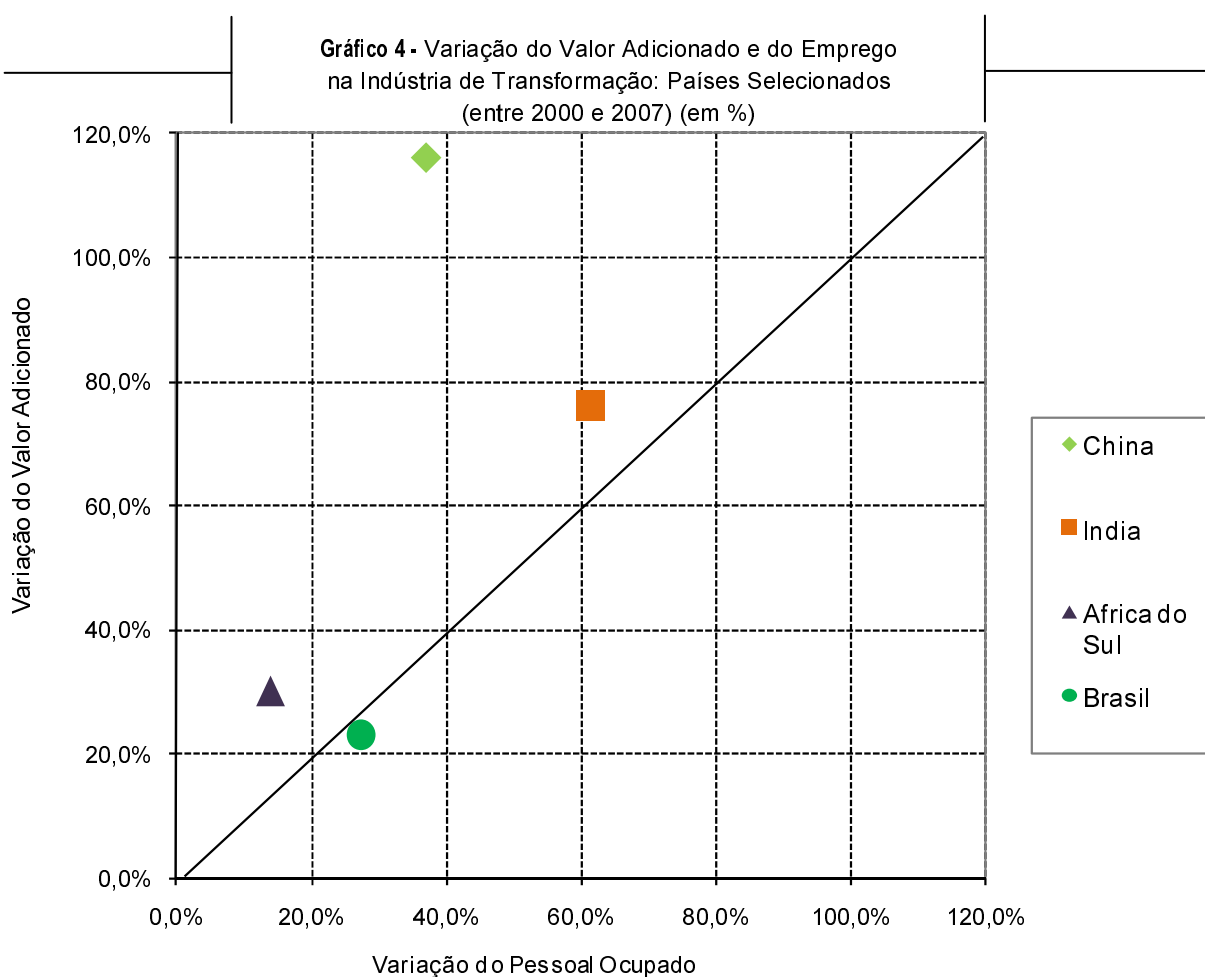
mento explica em parte o tamanho do ajuste em termos de emprego na indústria dos países avançados. Em termos absolutos, a soma dos países da OCDE apresentou uma perda líquida de quase 8 milhões de empregos na indústria de transformação no período. Trata-se, portanto, de um ajuste em termos de produtividade que tem um caráter perverso em termos sociais, especialmente porque houve um crescimento econômico importante no período analisado (2004 a 2007), e que, mesmo assim, não foi acompanhado de crescimento de empregos. Atualmente, com a conjuntura de uma crise econômica prolongada, observa-se justamente a dificuldade de retomada do crescimento do emprego.

O desempenho ruim da produtividade no Brasil pode ser considerado o inverso da face perversa da elevação da produtividade nos países centrais. Mas, nesse caso, a convergência de tendências não é desejada. Os ganhos futuros de produtividade deverão ser obtidos mantendo-se a geração crescente de emprego, acompanhada de um aumento mais que proporcional do valor adicionado.

Considerando alguns países selecionados, que não constam da base da OCDE, é possível

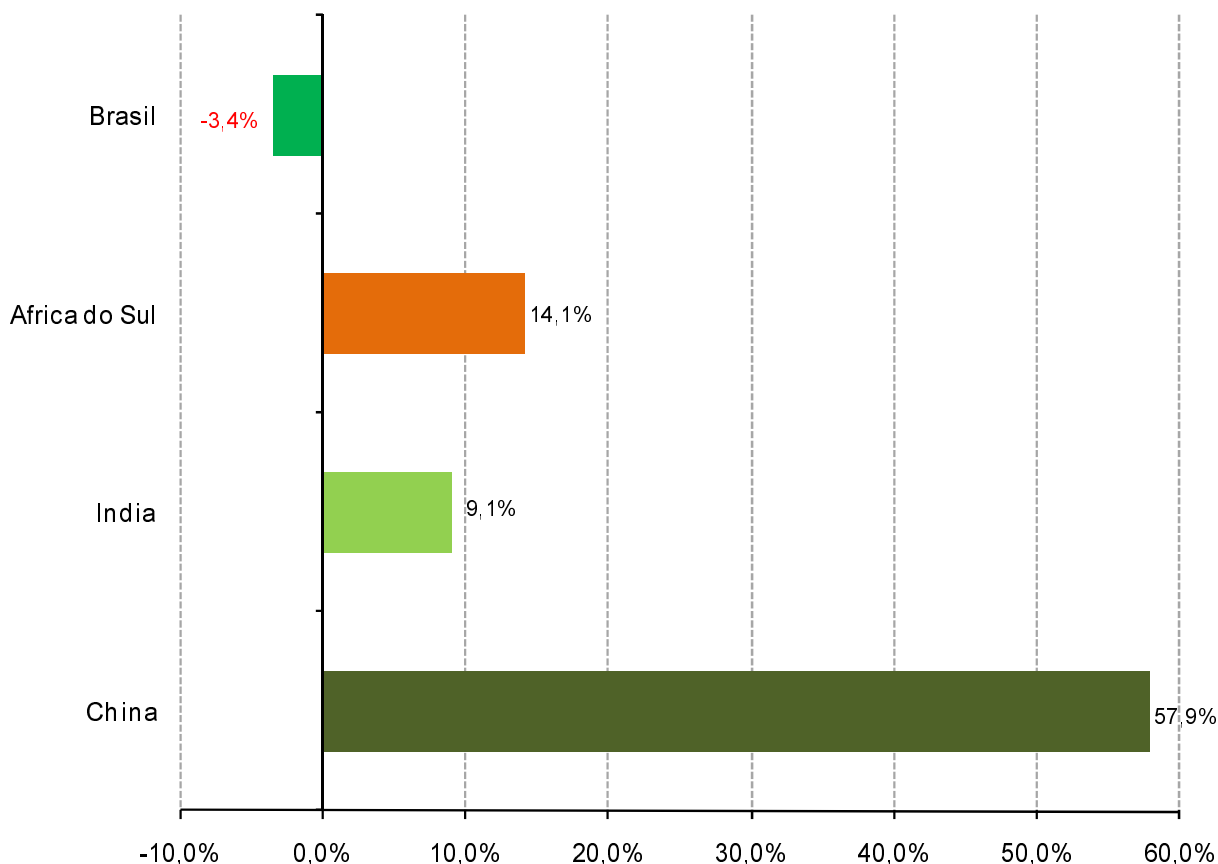
perceber como China, Índia e África do Sul conseguiram combinar elevação do emprego com aumentos mais do que proporcionais em termos de valor adicionado na indústria (Gráfico 4). Em especial para a China, isso significou um desempenho em termos de produtividade industrial bastante elevado (Gráfico 5).

Uma análise mais aprofundada seria necessária para encontrar os fatores explicativos para o desempenho da China. No entanto, é possível levantar alguns elementos que devem ter contribuído para a consistente elevação da produtividade chinesa. Semelhante ao ocorrido com os países do Leste Europeu, e algumas outras economias periféricas, a China recebeu parte importante de etapas manufatureiras das cadeias de valores deslocadas pelos países centrais. Mas nesse caso, com escala e velocidade muito mais intensas. Além da maior inserção nas cadeias globais de produção, outro fator fundamental para os ganhos expressivos de produtividade está associado às elevadas taxas de investimentos na infraestrutura básica e na própria indústria, o que sustentou um movimento intenso de mudança estrutural.



Fonte: OIT, WDI e SCN/IBGE.

Gráfico 5 - Variação da Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação: Países Selecionados (entre 2000 e 2007) (em %)



Fonte: WDI, APO e SCN/IBGE.

No caso do Brasil, a evolução da produtividade pode ser explicada pela conjuntura de crescimento da demanda doméstica, em especial a partir de 2004, acompanhada de elevação de custos operacionais e do conteúdo importado (*Boletim de Conjuntura Industrial* de Março/2011). Além disso, os investimentos se expandiram de maneira mais efetiva somente a partir de 2006, e com mais ênfase apenas em 2007 e 2008, movimento interrompido pela crise internacional e, atualmente, em processo de retomada.

É vital um desempenho mais favorável da produtividade industrial no Brasil, inclusive para que parte dos ganhos de produtividade continue alimentando o círculo virtuoso de crescimento da demanda, consumo e investimento. Por outro lado, esse aumento só será viável caso os investimentos efetivamente se elevem em relação ao nível atual e tenham um caráter mais estratégico, voltado para as mudanças estruturais da indústria e do setor empresarial, elevando as escalas de produção e empresariais, incorporando de maneira mais efetiva a atividade inova-

tiva e aprofundando o grau de internacionalização da estrutura produtiva.

Sobre a evolução mais recente da produtividade (período pós-2008), ainda não há dados divulgados que permitam fazer a comparação internacional nos mesmos moldes da realizada até 2008. A análise realizada pela *Conference Board* (2011) aponta que a produtividade global voltou a crescer em 2010 (3,3%, em dados estimados) após um decréscimo de 1,2% em 2009. O resultado negativo de 2009 se deveu, principalmente, ao baixo crescimento do produto global como consequência dos desdobramentos da crise econômica mundial. O resultado positivo de 2010 seria característico de um “boom pós-recessão”, com tendência à desaceleração em 2011.

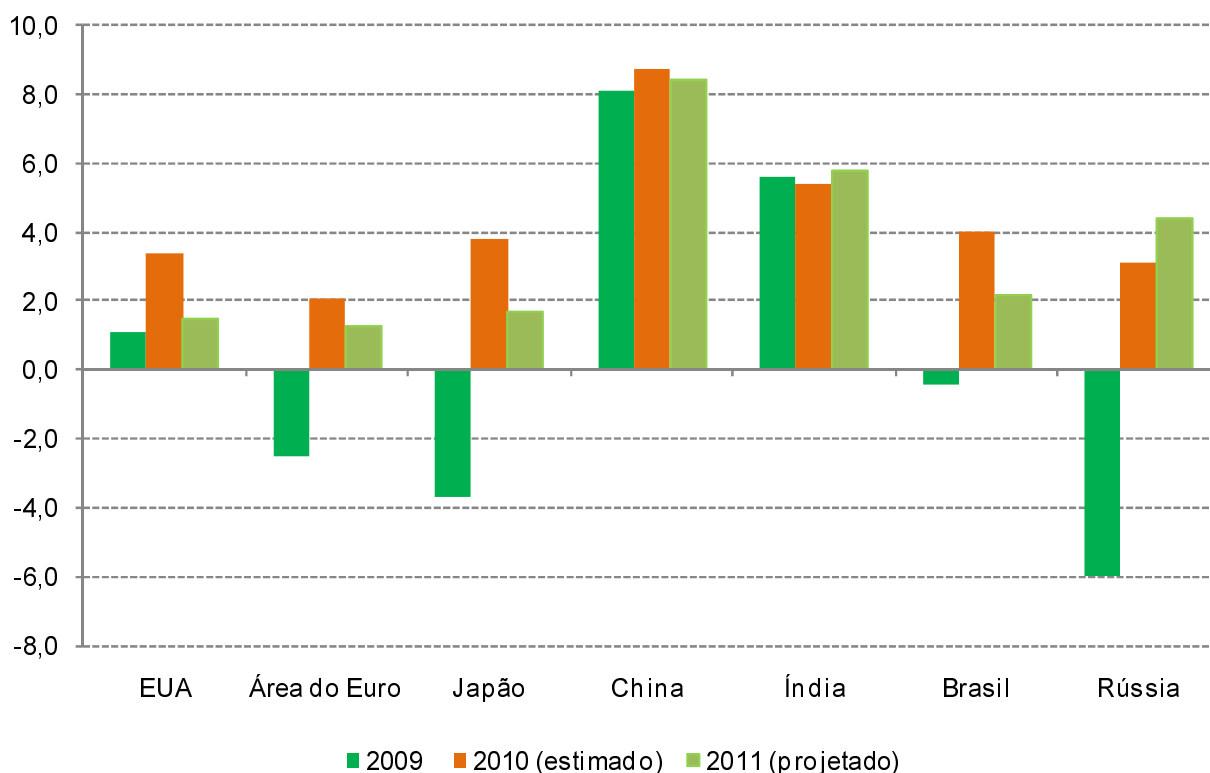
O estudo indica ainda que o aumento da produtividade no período recente é puxado pelos países emergentes, em especial China e Índia, que apresentaram, respectivamente, ganhos de produtividade de 8,7% e 5,4% em 2010. Esses dois países mostraram também valores positivos em 2009 (8,1% e 5,6%), apesar da crise, en-

quanto os Estados Unidos foram os únicos a apresentar ganhos de produtividade entre os países desenvolvidos, embora em patamares reduzidos. Esse resultado positivo dos EUA, em 2009, se deveu à superioridade da contração do nível de emprego na comparação com a queda do PIB (-3,8% contra -2,7%).

O Brasil, por sua vez, apresentou uma pequena queda do PIB por trabalhador em 2009

(-0,4%), seguida pela recuperação desse indicador em 2010 (4,0%). Comparativamente aos outros BRICs, o Brasil mostra incrementos de produtividade significativamente menores do que os da China e da Índia, e em níveis parecidos com os da Rússia, embora a queda da produtividade russa tenha sido bem maior que a brasileira em 2009 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de Variação Anual do PIB por trabalhador:
Países Selecionados (2009-2011)



Fonte: The Conference Board Total Economic Database (Janeiro de 2011).

Em 2011, espera-se uma pequena desaceleração do aumento da produtividade global (de 3,3% para 2,9%), com maior monta nos países desenvolvidos (como apontado no Gráfico 6). China e Índia devem continuar puxando o crescimento da produtividade global, enquanto o Brasil também deve apresentar uma desacelera-

ção do crescimento da produtividade (PIB por trabalhador) em 2011 (de 4% para 2,2%). Como estes valores são muito sensíveis à maior utilização da capacidade produtiva, tendem a apresentar variações significativas relacionadas à intensidade de crescimento da economia mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asian Productivity Organization (APO). **Productivity Database** (2010). Disponível em: <[http://www.apo-tokyo.org/pdb.html#a\[apdb_data\]](http://www.apo-tokyo.org/pdb.html#a[apdb_data])>.

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) (2011). **Indústria Brasileira de Máquinas e Equipamentos – indicadores conjunturais**. Mar. 2011.

Banco Mundial. **World Development Indicator (WDI)**.

Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contas Nacionais**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual**.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)**. Estatísticas de Comércio Exterior. Vários anos.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**, vários anos.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Stan Database**.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Database of Labour Statistics**.

The Conference Board Total Economy Database. **Productivity Briefs** (2011).

Projeto Gráfico
Marina Proni

Tradução / Diagramação
Vernaculum Comunicações Internacionais

Projeto da capa
Marcos Barros

